

Práticas de leitura literária na escola: um estudo de caso

Maisa Barbosa da Silva Cordeiro¹
Célia Regina Delácio Fernandes²

Resumo

As práticas de leitura literária no contexto escolar são de suma importância para a construção de leitores. No entanto, o desenvolvimento de tais práticas nem sempre ocorre de acordo com o desejo dos mediadores de leitura ou do público-alvo. Nessa perspectiva, este artigo apresenta um estudo de caso por meio do qual se pôde dialogar com mediadores de leitura e buscar entender de que maneira os eventos que envolvem a literatura vêm acontecendo, mediante o quadro, muitas vezes, desfavorável para tanto. Verificam-se, ainda, as concepções de leitura literária manifestadas pelos mediadores, bem como o conhecimento acerca do Programa Nacional Biblioteca da Escola – PNBE, responsável por enviar acervos literários às escolas públicas do Brasil.

Palavras-chave: leitura literária, escola, práticas de leitura, PNBE.

Literary reading practices in a school: as case study

Abstract

Literary reading practices are very important for the formation of readers. However, reading practices are not congruent with teachers' or students' desires. This work presents a case study which shows dialogues with reading mediators to understand how events involving literature have been taking place in unfavorable conditions. It also verified the literary reading conceptions of mediators and their knowledge of the PNBE-National Program of School Library, which provides literature books to public schools in Brazil.

Keywords: literary reading, school, reading practices, PNBE.

1 Mestre em Literatura e Práticas Culturais pela Universidade Federal da Grande Dourados - UFGD. Professora no curso de Letras do Centro Universitário da Grande Dourados - UNIGRAN. Integrante do grupo de pesquisa CEELLE - Centro de Estudos em Ensino, Leitura, Literatura e Escrita - UFGD.

2 Doutora em Teoria e História Literária pela UNICAMP. Professora do curso de Letras e do Programa de Pós-graduação em de Letras da Faculdade de Comunicação, Artes e Letras da Universidade Federal da Grande Dourados - UFGD. Líder do grupo de pesquisa CEELLE - Centro de Estudos em Ensino, Leitura, Literatura e Escrita - UFGD.

INTRODUÇÃO

Abri a porta e entrei. De repente eu estava numa espécie de câmara do tesouro repleta de livros. Embora ali estivesse escuro e empoeirado, os livros pareciam brilhar. Não sei explicar de outro jeito (GAARDER; HAGERUP, 2011, p. 71).

Para quem gosta de ler, muitas vezes, a biblioteca é um espaço atrativo independente de seu aspecto ou da aparência dos livros. Já para quem não gosta, é muito difícil se interessar por um espaço “escuro e empoeirado”. É perceptível ser mais fácil formar leitores em ambientes claros e arejados, mas é verdade também que nem sempre essa é a realidade escolar. O desafio do mediador começa justamente neste cenário, no qual boa parte das bibliotecas ou salas de leitura é local como o descrito na epígrafe.

Além do cuidado com o espaço da leitura, é necessário reconhecimento de que a construção de leitores não deve recair somente sobre um ou outro profissional. Na escola, as práticas que envolvem a leitura devem ser encaradas como responsabilidade de todos e, em um sentido mais amplo, deve ser a meta de todos que se interessam, ou deveriam se interessar, por uma educação de qualidade. Portanto, é dever da sociedade, das políticas públicas e dos mediadores buscar construir um país de leitores.

Sabe-se, contudo, da dificuldade de construir uma comunidade leitora, sobretudo voltada para a formação de leitores literários. Desse modo, investigar, no próprio contexto escolar, como a leitura literária vem sendo praticada, é um caminho possível para entender quais são os empecilhos para a concretização desse objetivo.

Para se estudar as práticas de leitura é necessário explanar como esse conceito está sendo compreendido. Para tanto, as reflexões de João Hansen (2005) apresentam uma importante definição da terminologia “prática de leitura”. O autor destaca, inicialmente, que “[...] Antes de tudo, ela é uma noção material, pois ‘prática’ é um fazer, uma ação particular de transformação de materiais sociais ordenada por regras também particulares, e descarta *a priori* os universalismos de significação única” (p. 24). Por consequência, a leitura literária pode ser compreendida como um fazer transformador: “[...] O texto literário nos lê ativamente, e geralmente contra nós, porque questiona o familiar das legibilidades do hábito que rotiniza a nossa experiência como natureza imutável” (p. 25).

Hansen (2005) defende que as práticas de leitura fogem a um conceito unívoco, e constituem-se durante a ação, ou seja, devem ser entendidas no contexto de cada um que trabalha com a leitura. Sendo assim, no caso desta pesquisa que envolve diferentes mediadores, é imprescindível ser compreendida a partir da prática de cada um. Por meio deste estudo, objetiva-se, portanto, conhecer as práticas de leitura literária que as mediadoras buscam desenvolver na escola. Nessa perspectiva, é fundamental verificar as concepções de leitura literária, bem como a compreensão acerca dos programas de fomento à leitura, especialmente, o Programa Nacional Biblioteca da Escola – PNBE³, manifestadas pelas mediadoras.

Diante disso, esta pesquisa volta-se para a análise dos dados coletados em uma investigação realizada em uma escola pública de Dourados, no estado de Mato Grosso do Sul. A escola em questão localiza-se em um bairro periférico na cidade de Dourados/MS, entre os bairros Parque das Nações, Canaã III, Canaã IV, Vila São Braz, Vila Mariane, Jardim Jockey Clube, Chácaras Califórnia e Vila Valdez. Trata-se de uma região residencial, com poucas opções comerciais, apenas pequenos mercados e bares. A escola é responsável pelo atendimento ao Ensino Fundamental, atuando nos períodos matutino, vespertino e noturno.

A pesquisa aqui apresentada é de natureza qualitativa. Segundo Lüdke e André (1986), tal definição parte da existência de um contato direto entre pesquisador e objeto estudado, que será conduzido pelo conhecimento do pesquisador sobre que está sendo investigado, obtido por estudos bibliográficos anteriores. Este tipo de pesquisa leva em consideração crenças, ideias, perspectivas e valores pessoais, a partir das declarações das pessoas que participam da pesquisa.

Assim, neste artigo, apresentam-se os resultados obtidos junto às mediadoras em leitura – professoras e bibliotecária –, com foco nas séries finais do Ensino Fundamental. Objetiva-se verificar, por meio de questionários e entrevistas com mediadores escolares das séries finais do Ensino Fundamental, em que medida o PNBE repercute nas práticas de leitura literária no contexto escolar, tanto na sala de aula quanto na biblioteca.

³ Em pesquisa anteriormente publicada, Fernandes e Cordeiro (2012) desenvolvem uma investigação acerca das mudanças ocorridas ao longo da trajetória do PNBE no que tange aos critérios utilizados para avaliar e selecionar as obras literárias.

O PNBE é um programa federal de distribuição de acervos literários e materiais de apoio às escolas públicas, instituído em 1997. Desde a sua gênese, é o principal responsável pelo envio de obras literárias às bibliotecas escolares. No entanto, ao partir da premissa de que a distribuição de acervos não é suficiente para formar leitores literários, este estudo busca investigar se as obras enviadas pelo PNBE são utilizadas nas práticas de leitura literária; além disso, procura verificar o conhecimento, por parte dos mediadores, acerca do programa e das obras por ele enviadas.

MEDIADORES, BIBLIOTECA E LITERATURA: PRÁTICAS DE LEITURA

Um passo fundamental para este estudo foi conhecer a biblioteca da referida escola. Em seu interior ficam duas mesas grandes utilizadas pela direção escolar, que ocupam quase todo o espaço que poderia ser destinado à leitura. De acordo com a bibliotecária, foi necessário haver modificações na biblioteca pelo fato de que o espaço da escola passou a ser limitado e a sala da diretora precisou ser transferida para o centro da biblioteca. Em suma, essa mudança foi feita porquênão havia espaço suficiente na escola e a antiga sala da diretora estava ocupada pela coordenação.

A coordenadora referia-se a essa mudança com bastante decepção. Para ela, não haver o incentivo necessário das políticas públicas dificulta imensamente qualquer iniciativa isolada, pois não há recursos por parte da escola que viabilizem construções, necessárias quando se amplia de modo considerável o público atendido. Apesar das dificuldades de uma estrutura adequada para a biblioteca, em sua opinião, a escola foge à regra e possui um bom número de alunos que frequentam a biblioteca, mesmo com a presença da diretora no local e com a redução de espaço.

As observações e diálogos iniciais denotam o interesse por parte da escola de condicionar práticas de leitura, no entanto, a coordenadora evidencia as dificuldades advindas do pouco investimento público. Ela ressalta, ainda, a importância do interesse acadêmico para que tal quadro se modifique, apoiando o desenvolvimento dos questionários e entrevistas junto às mediadoras.

Diante disso, neste artigo, apresentam-se dados obtidos junto à coordenadora das séries finais do Ensino Fundamental; à bibliotecária e às professoras das séries finais do Ensino Fundamental. Convém registrar que todas se mostraram dispostas à realização das entrevistas e questionários. As perguntas objetivavam permitir conhecer quais as práticas de leitura realizadas na escola, de que modo buscavam incentivá-la, quais as principais concepções de leitura das mediadoras. Além disso, buscou-se saber quais as principais dificuldades abordadas por elas no que diz respeito à formação de leitores, e, ainda, se elas julgavam haver particularidades da leitura de gêneros literários em relação a gêneros não literários. Também se buscou investigar questões relacionadas às políticas públicas de fomento à leitura, acrescido da importância de práticas de leitura na biblioteca.

Para tanto, inicialmente, apresentam-se dados acerca de formação, carga horária e renda salarial, a partir das informações manifestadas pelas participantes. Na sequência, reflete-se acerca da leitura literária, das políticas públicas e das práticas de leitura a partir das falas das participantes.

No que diz respeito à formação, quase todas as mediadoras possuem curso superior, formadas em universidades públicas, com exceção da bibliotecária, que concluiu somente o Ensino Médio. A coordenadora possui graduação em pedagogia e especialização em educação infantil. A Professora A⁴ possui graduação em Letras e especialização em linguística. Já a Professora B é graduada em Letras e não cursou especialização. A bibliotecária diz ter concluído somente o Ensino Médio. Averiguou-se que todas cumprem possuem carga de 40 horas/aula.

Quanto à renda salarial, a coordenadora mencionou receber entre R\$ 2.001,00 a R\$ 3.000,00; as professoras, entre R\$ 1.000,00 a R\$ 2.000,00 e a bibliotecária, em torno de R\$ 801,00 a R\$ 1.000,00.

⁴Usaremos as denominações Professora A e Professora B pelo fato de não ser permitida qualquer possibilidade de identificação dos participantes.

Tabela1: formação e renda salarial das mediadoras

	Formação	Faixa salarial
Coordenadora	Graduação em Pedagogia; especialização em Educação Infantil.	R\$ 2.001,00 a R\$ 3.000,00
Professora A	Graduação em Letras; especialização em Linguística.	R\$ 1.000,00 a R\$ 2.000,00
Professora B	Graduação em Letras.	R\$ 1.000,00 a R\$ 2.000,00
Bibliotecária	Ensino Médio completo.	R\$ 801,00 a R\$ 1.000,00

Por meio dos dados apresentados, é perceptível haver um decréscimo no que diz respeito à faixa salarial das professoras em relação à coordenadora e, principalmente, da bibliotecária em relação às outras mediadoras. Com isso, observa-se, de modo latente, que a desvalorização em relação aos mediadores que atuam na biblioteca é uma problemática que precisa ser repensada, pois a partir do momento em que não há valorização desse profissional, tanto no que tange à sua formação, quanto à questão salarial, dificilmente irá ter condições de atuar do mesmo modo que os outros mediadores, pelo fato de as condições a ele ofertadas serem outras. Com efeito, uma das ideias de Campelo (2010) para dinamização do espaço escolar é a questão do “trabalho colaborativo”, caracterizado por envolver diferentes profissionais para solucionar um problema específico. Contudo, para isso, é fundamental que os mediadores tenham condições de dialogar não somente sobre a prática, mas também acerca das teorias e metodologias advindas de uma formação acadêmica. É necessário, portanto, que haja formação contínua dos mediadores para que possam, juntos, refletir acerca das ações necessárias e possíveis nos diferentes contextos.

A geração de dados realizada com a coordenadora objetivou verificar de que modo ela incentiva a leitura na escola-campo da pesquisa. Desse modo, ela recebeu um questionário no qual havia questões de acordo com os temas: I – Identificação; II – Formação; III Perfil cultural; IV – Prática pedagógica.

A coordenadora diz buscar o aprimoramento, tendo participado de seminários e cursos nos últimos anos. Em “perfil cultural”, menciona gostar de ler, mas não cita livros literários; diz apenas que lê livros ligados a sua área profissional. No item “Prática pedagógica”, informa promover a leitura na escola; contudo, novamente, quando a questão é a literatura, esclarece que não há iniciativas específicas para a leitura literária. No que se refere ao conhecimento dos programas de leitura, ela cita o projeto “Literatura em minha casa” e os “livros enviados pelo FNDE”, que são, na verdade, os mesmos do PNBE⁵. Quando questionada da importância da leitura, responde que a formação de leitores é importante porque a leitura: “eleva o nível de conhecimento, e aumenta o vocabulário⁶”. Para ela, a leitura literária possibilita o leitor viajar para outros mundos.

Como se vê, fica claro o reconhecimento da coordenadora acerca das limitadas práticas em relação à leitura e especialmente à leitura literária na referida escola. Tal fato é corroborado diante do desconhecimento dos acervos presentes na biblioteca. Também as concepções de leitura evidenciadas revelam a limitação acerca da importância do livro, da leitura e da literatura para a construção de sujeitos críticos e engajados socialmente.

No que tange à participação das professoras do segundo ciclo do Ensino Fundamental, a pesquisa contou com as duas professoras que lecionam para este segmento. Com elas, foram aplicados um questionário e uma entrevista. Por meio da entrevista, semiestruturada, buscou-se conhecer especificamente a respeitadas concepções de leitura, literatura, bem como acerca do conhecimento das participantes sobre as políticas públicas de leitura e o PNBE, enquanto que os questionários focaram nas práticas de leitura literária.

No item formação do questionário, a Professora A também informa participar de diversos cursos e seminários de aperfeiçoamento. Quando questionada sobre o que lê, destaca obras literárias, tendo preferência por crônicas, mas prioriza obras de aprimoramento profissional como a revista *Nova Escola*. No que concerne à “prática pedagógica”, declara apoiar e desenvolver projetos envolvendo a leitura, mas não menciona quais. Em

⁵Esclarece-se que vários professores e coordenadores se referem ao PNBE como Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação – FNDE, devido ao fato de o primeiro ser parte das ações do segundo. Da mesma maneira, é comum encontrar profissionais que não sabem que o “Literatura em minha casa” é um projeto extinto do PNBE, em vigência nos anos de 2001 a 2004.

⁶ Com o intuito de não interferir nas falas dos sujeitos, elas serão mantidas da forma como foram pronunciadas.

relação à formação de leitores, destaca na entrevista: “por meio da leitura é que se descobre práticas relevantes para a vida”. É visível que as definições solicitadas encontram respostas vagas, sem aprofundamento ou clareza, revelando que as mediadoras não conseguem esclarecer as contribuições efetivas das práticas de leitura.

A outra professora entrevistada é formada em Letras pela Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul – UEMS (2003) e não possui pós-graduação. Também participa de cursos e encontros de atualização profissional. No que diz respeito à leitura, lê materiais relacionados ao trabalho pedagógico e obras de literatura infantojuvenil. Lê também revistas como *Nova Escola*, *Língua*, *Carta na Escola* e *Veja*. Nota-se que recorda somente de títulos de revista, não mencionando nenhum título literário. Sobre o trabalho com o ensino da leitura, incentiva os alunos com leituras na sala da aula, entretanto, atualmente não está desenvolvendo nenhum projeto. Novamente, não fica claro de que forma ocorre a aproximação entre aluno e livro. Acerca da importância do fomento à leitura, ressalta que: “a leitura facilita a abertura para novas aprendizagens”. Encontra-se, novamente, uma resposta vaga sobre a leitura, não dizendo qual é, realmente, a necessidade do livro no dia a dia dos sujeitos em formação.

Este questionário também foi entregue à bibliotecária e, ao fazer a comparação, são perceptíveis diferenças no que tange à valorização dos profissionais que atuam nas bibliotecas. A bibliotecária não tem curso superior e entre os anos de 2007 e 2010 participou apenas de um curso, intitulado “Letra de Luz”⁷. Sobre a leitura, diz ler jornais e livros variados, inclusive literários – também não se recorda de títulos literários lidos recentemente; ainda aponta incentivar os alunos no cotidiano enquanto bibliotecária “separando o material” e, também, no projeto: “Arte e Leitura”, na biblioteca, que premia os alunos que mais leram durante o ano. É perceptível que bibliotecária é a única que conheceu projeto de leitura desenvolvido no contexto escolar. O projeto, contudo, se dá de forma questionável: o objetivo é premiar alunos que possuem mais títulos de livros em suas fichas de leitura, sob a comprovação por meio de um resumo do livro. A participação no projeto se dá, portanto, sempre relacionando leitura e escrita. Acerca do conhecimento dos programas federais de fomento à leitura, cita o PNBE, mencionando que a escola recebe regularmente livros literários deste programa. É perceptível que

⁷O projeto “Letras de Luz” esteve em vigência no ano de 2007 na cidade de Dourados/MS. Foi produzido pela Fundação Victor Civita, com patrocínio da Enersul e executado pela Prefeitura de Dourados/MS.

é a única mediadora que conhece o PNBE, destacando a função exercida por ele: distribuição de acervos literários e de materiais de apoio, bem como livros de formação profissional. Sobre a importância da leitura, julga que ela contribui para os alunos saírem: “da realidade que eles estão vivendo neste momento”. Mais uma vez, a mediadora apresenta contribuições vagas da leitura.

Como se vê, os dados gerados foram fundamentais para verificar considerações iniciais das mediadoras em relação à leitura. Por meio das questões, observa-se, nas práticas vivenciadas pelas mediadoras, que a literatura vai sendo deixada de lado devido às leituras pedagógicas ganharem mais destaque ao longo da formação. É necessário, portanto, considerar que ler literatura exige esforço constante, para que não se perca em meio às atividades consideradas mais urgentes. Assim, tanto para os alunos quanto para os mediadores, deve-se alertar para a constante necessidade de inserir a literatura em meio às outras tarefas e leituras cotidianas.

Após a compreensão de práticas de leitura, parte-se para os dados obtidos com as professoras e bibliotecária. Registra-se que, por meio das entrevistas, foi possível alcançar informações mais precisas das opiniões das participantes.

Sobre a importância da leitura, obtiveram-se as seguintes respostas:

Professora A: “A leitura ela é muito importante, porque ela possibilita a gente descobrir várias coisas, ter conhecimento de mundo e no caso da educação ela é a base de tudo, pra todas as outras disciplinas. É isso é muito importante”.

Professora B: “Importante pra entender todas as matérias na escola, eu acho que a leitura abre a mente”.

Bibliotecária: “Na verdade é um aprendizado. A leitura pra mim é fundamental e é tudo”.

Nota-se, na fala da primeira professora, a definição de leitura, primeiro, como descoberta e conhecimento de mundo e, ainda, como “base de tudo”. Já a segunda, associa a leitura ao aprendizado de todas as disciplinas e, para a bibliotecária, a leitura é um aprendizado. Importante conferir que as três mediadoras referem-se à leitura de modo vago, sem mencionar as vantagens específicas decorrentes da leitura, mas, diante das respostas, associam-na a duas questões: a leitura como *elemento de ascensão social*, a partir do

momento que a julgam importante para progredir enquanto sujeitos, e com *utilitária*, quando a associam a conteúdos alheios às construções de sentidos.

Quando nos voltamos à leitura literária, questiona-se, com as mediadoras, se há distinções em relação à leitura de outros gêneros:

Professora A: “Eu sou suspeita pra falar da leitura literária porque eu gosto demais mesmo e acho assim... No caso da poesia. Eu acho que ela nos transmite muita coisa, nos passa muita coisa, porque ela tem vários sentidos, né? Então o leitor que lê, ele vai buscar ali o que ele precisa, o que ele realmente está esperando então a leitura literária seja uma narrativa, seja o que for eu acho que ela é muito importante e também é uma leitura que nos ajuda e nos transmite conhecimento, sabedoria, então, acima de tudo, né?”

Professora B: “Eu acho que todos os tipos de leitura têm o mesmo objetivo, né? De proporcionar essa abertura, facilitar a fala, a escrita, questão de vocabulário, todas essas vantagens”.

Bibliotecária: “bom, eu acredito muito na leitura, pra mim é muito importante porque através dela os alunos saem da realidade que eles estão vivendo nesse momento. Eles pegam um livro, gostam de fazer a leitura, chegam até mim pra contar. Eles viajam, eles pegam os livros e estão viajando pra outro mundo e saindo do que eles estão vivendo agora. Então eles chegam até a mim pra contar: eu gostei desse livro porque ele fala sobre isso e comentam comigo o que aquilo passou pra eles”.

Percebe-se que as declarações das participantes ligam a literatura ao conhecimento, ao utilitário e a viagem. Com isso, as respostas acerca da leitura literária são mais amplas, mas ela também não deixa de ser associada ao utilitarismo, ou seja, ao uso da literatura para trabalhar conteúdos que não sejam relacionados a aspectos da obra, mas a ortografia e a escrita, por exemplo. No entanto, a própria produção literária infantojuvenil vem se modificando e afastando-se do utilitarismo. Como aponta Ceccantini (2008) em sua tese de doutorado, as obras que representam a leitura não mais procuram “convencer a todo custo o leitor da importância da leitura e de tornar-se leitor” (p. 82). A leitura não é mais vinculada à “tradição pedagogizante do gênero infanto-juvenil” (p. 81), o que contribuiu para formar a ideia da literatura infantojuvenil de algo desassociado das atividades escolares.

Um aspecto relevante em relação às concepções de leituras literárias apresentadas é a semelhança com as obtidas em depoimentos de alunos na

pesquisa federal *Programa Nacional Biblioteca da Escola [PNBE]: leitura e biblioteca nas escolas públicas brasileiras* (BRASIL, 2008a, p. 83): “*A leitura abre as portas. Ler pra mim é ser cidadão. É ser gente. [...] A leitura leva a marca, também, de atividade prazerosa que permite conhecer outras realidades, mundos diferentes*” (itálicos do autor).

Entre as concepções de leitura dos mediadores, está o aprendizado de outras questões e a literatura enquanto viagem, conceito amplamente difundido e questionado, visto que a leitura literária é muito mais do que entretenimento e, sim, meio possível para reflexões. Luiz Percival Britto e Márcia Abreu (2003) alertam para a necessidade de reestruturação no sistema de ensino para haver transformações das concepções de leitura. No entanto, é necessário, independente de qualquer reestruturação mais ampla, haver constante esforço dos mediadores: “[...] as coisas não são fáceis nem se transformam pela simples vontade. Elas têm peso, resistem à mudança, desiludem os sonhos ligeiros e as vontades voluntariosas” (p. 123). Para tanto, os autores destacam a necessidade de colocar à frente a importância da educação: “[...] A educação, em particular a educação escolar, tem sido, para a maioria das pessoas, muito mais uma imposição de sobrevivência do que o exercício do poder ou uma forma de indagar o mundo” (p. 124). Brito e Abreu (2003) finalizam ressaltando o papel da leitura neste contexto, mas ela deve ser encarada mais do que um simples ato de decifrar códigos, por oferecer possibilidades de: “[...] inserção das pessoas no tecido social e a distribuição da riqueza econômica e dos bens culturais. [...] Não há justiça possível sem transformação nas relações de poder” (p.124).

As professoras também foram questionadas em relação às políticas públicas e ambas mencionaram não conhecer nenhum programa que envie livros à escola, mas que julgam importante este tipo de política:

Professora A: acredito que o governo ele tenha, ele manda sim que eu vejo bastante livros enviados pelo MEC, por meio de campanhas [...], tem bastante sim, até que tem bastante. [...] Tem um incentivo até bom, eles enviam livros sim, só que a quantidade de livros, no caso de livros literários... [...] a distribuição de livros literários é bem menor, bem menor mesmo [em comparação com os didáticos].

Professora B: Eu acho que pode melhorar assim, né? Mas, eu acho que tem que ser aberto também. Até hoje eu cheguei um pouquinho atrasada porque estava na escola discutindo um projeto de leitura e agente colocou essa questão de que os poucos livros que tem na escola, inclusive aqui na outra escola. Não tem

gibi e eles gostam muito de ler gibi, principalmente os alunos do sexto ano e lá não tem. Então assim, às vezes eles mandam alguns livros pra escola, mas, às vezes não atende a realidade [...]. Acho que são livros mais voltados para o Ensino Médio, [...] geralmente são os clássicos. [...] As escolas que eu trabalho nenhuma tem uma biblioteca assim [estávamos realizando a entrevista em uma biblioteca pública mantida com recursos do Sesc], por exemplo, uma biblioteca ideal, que tenha o espaço.

Com efeito, apenas a coordenadora e a bibliotecária mencionaram nomes de programas de fomento à leitura, bem como declararam conhecer o PNBE. A bibliotecária disse que conhecia o programa e que recebia, regularmente, seus acervos. No entanto, acredita que o programa não é divulgado, talvez por falta, inclusive, da escola.

Interessante o destaque mencionado pela Professora A em relação ao professor nesse contexto: “[...] nós temos que despertar o interesse dos alunos para com os livros. [...] De qualquer forma nós temos que promover o interesse para que eles possam buscar novas leituras”. Com isso, a professora frisa ser fundamental reconhecer que, independente das políticas públicas oferecerem programas eficientes ou não, o papel do professor é buscar alternativas.

Também se buscou verificar as opiniões das professoras acerca dos tipos de livros que os alunos leem, com base nas declarações das professoras sobre obras clássicas de literatura e obras produzidas na contemporaneidade.

Acerca dos clássicos, as professoras disseram:

Professora A: Os clássicos, é meio complicado trabalhar com os jovens. Eles preferem esses livros mais assim... poesia, contos, bem simples. Mas o que que nós professores procuramos fazer. [...]. No caso a gente tem que comparar, trabalhando uma literatura comparada, pegando um clássico, com outro que já tenha... por exemplo, esse ano eu tentei começar a trabalhar, mais ainda não deu, né? Porque o nosso tempo é curto, é... trabalhar Dom Casmurro, que eles já tentaram várias vezes trabalhar, ler e não conseguiram, [...] e, [...] um livro da Colasanti. [...] Ele é assim, ele traz em seu enredo a história de uma moça, que ela encontra uns escritos, um diário como se fosse a Capitu. A Capitu dando a versão dela sobre a história. [...] Eles queriam ler esse primeiro antes do clássico. Então eles querem coisas mais atuais.

[...] Pra eles a linguagem... o arranjo linguístico mais rebuscado [...], então eu encontro um pouco de dificuldade sim, mas procuro trabalhar.

Professora B: Ah, eles não gostam, não! Falam que é chato, cansativo, não tem graça [...]. Eles não entendem [...], os mais interessados perguntam [...], mas alguns [...], os que são mais desanimados deixam pra lá, falam que não deu tempo. Pra ler esse tipo de livro o aluno já tem que ter o hábito, já tem que ter preparação, porque se ele não lê nada e você já entra com um livro desse tipo... aí acaba com o resto.

Sem dúvida, as obras clássicas mostram-se muito mais desafiadoras por pertencerem a uma época diferente, na qual a linguagem, costumes, história e contexto são bem dissemelhantes do atual. Sendo assim, exige preparação prévia para que os alunos iniciem a leitura dessas obras:

há sempre uma preparação para a leitura; depois há leitura propriamente dita, a ser realizada em classe ou fora dela, a partir de acordos previamente estabelecidos entre professor e alunos; há estudo do texto e estímulo à resposta do texto, no qual se exercita a leitura autoral e se socializa o lido com o coletivo (FILIPOUSKI; MARCHI, 2009, p. 13).

A partir da citação, pode-se compreender que, para o mediador, não é fácil levar os alunos a lerem obras já consagradas pela crítica literária, devido a pertencerem à outra época e possuírem uma linguagem particular. Contudo, é fundamental que elas sejam ofertadas aos alunos, já que representam a época em que foram escritas, levando sempre em conta a maturidade, em relação à leitura, de cada um. Lajolo destaca ser fundamental “evitar os extremos” (1988, p. 57): “[...] é tão imprudente negar valor ao que se escreveu antes de termos nascido, quanto exilar de livros e aulas tudo o que não tenha sido escrito nos tempos em que língua era *archaica* e os poetas morriam de *phthysica*...”.

Quando questionadas acerca do que pode incentivar o uso da biblioteca por parte dos alunos, as professoras destacaram a melhoria tanto do espaço quanto do acervo.

A biblioteca da escola estudada conta com um acervo de nove mil livros, sendo que são feitos, em média, cem empréstimos por semana. Os três turnos de aula contam com bibliotecária.

A bibliotecária que participou da pesquisa foi a do período matutino, no qual se desenvolveu toda a pesquisa. A sua participação na pesquisa envolveu dois questionários e uma entrevista. Por meio das questões, buscou-se conhecer as práticas de leitura que ocorriam na biblioteca, se a entrevistada participava de atividades, a utilização da biblioteca por professores e alunos e, também, perguntas acerca das políticas públicas de fomento à leitura.

Quanto à organização da biblioteca, menciona que os livros são divididos apenas com o intuito de catalogar, mas que não há restrição aos livros, o que se comprovou devido ao acesso livre dos alunos, que circulavam entre as obras literárias para fazerem suas escolhas. A bibliotecária também menciona um projeto, intitulado “Arte e Leitura”, que é realizado com os alunos: “Eles participam e muito do projeto e há uma premiação todo final de ano com medalhas e presentes para todos que leram mais livros”.

O projeto mencionado pela biblioteca consiste em premiar, no final do ano, os alunos que mais leram. No entanto, para haver a comprovação da leitura, eles precisam entregar, a cada obra lida, um resumo do livro. Sendo assim, tem-se a associação da leitura com uma atividade escrita, o que, talvez, possa inibir os alunos a participarem devido à necessidade de exercer uma atividade comprobatória em seguida.

Retomando Magda Soares (2006), que reflete acerca de quanto envolvimento a literatura presume para atingir uma leitura qualitativa tanto de quem medeia quanto de quem lê, no texto “A escolarização da literatura infantil e juvenil”, constata a existência de um processo que, como o título indica, torna a literatura destinada aos pequenos leitores escolarizada. No entanto, a autora vê esse fenômeno como algo que não deve ser negado, nem visto de forma pejorativa, porque qualquer conhecimento que circule dentro do contexto escolar é, obviamente, escolarizado, destinado ao aprendizado, à aquisição de novos conhecimentos. Em contrapartida, a escolarização da literatura abre espaço para práticas bem intencionadas, mas claudicantes no que se referem a objetivos, metodologias e finalidades, tal como o projeto revelado pela bibliotecária.

Assinala-se, por meio das declarações, a existência de algumas iniciativas, mas que não são planejadas sistematicamente. Do mesmo modo,

também não é feito o acompanhamento dos resultados obtidos com os alunos. Consta-se a necessidade de haver apoio aos mediadores, por parte das políticas públicas, no que diz respeito ao desenvolvimento de ações com foco na formação de leitores, com o intuito de que os trabalhos desenvolvidos possam obter resultados profícuos junto ao público-alvo, visando ao desenvolvimento do gosto pela literatura.

Após a análise dos dados, destaca-se, principalmente, o desconhecimento, por parte das professoras, em relação ao PNBE. Somente a coordenadora e a bibliotecária mencionaram conhecer o programa, o que aponta para a necessidade de maior divulgação do programa e do modo com que atua na distribuição de livros.

É importante mencionar que algumas dissertações e teses publicadas já manifestaram a questão do desconhecimento por parte dos mediadores em relação ao PNBE. Uma delas foi a de Maria Araújo (2008) que, em tese de doutorado, fez um estudo com famílias de uma região periférica de Niterói e verificou as histórias de leitura literária declaradas pelos participantes, focando no projeto “Literatura em Minha Casa”. Ao entrevistar diferentes gerações das famílias participantes, verificou o quanto as obras do projeto faziam parte das histórias dos sujeitos. Constatou, devido ao projeto gráfico padronizado do “Literatura em Minha Casa”, a dificuldade de despertar interesse nos alunos. A partir da dificuldade do alcance desse projeto junto às famílias, verificou a importância de o Estado atuar na criação e fortalecimento de espaços de leitura além do contexto escolar.

Já Daniela Montuani (2009), em dissertação de mestrado, investigou a utilização do PNBE na cidade de Belo Horizonte, mas somente no acervo de 2005. Essa delimitação foi feita porque no ano de 2005 as escolas puderam participar do processo de escolha das obras, o que não foi mantido nos anos posteriores. A pesquisa é parte de um projeto maior que mapeou, em 181 escolas de Belo Horizonte/MG, aspectos da mediação leitora e a possível participação das escolas no processo de seleção do PNBE. Montuani (2009) constatou desconhecimento da maioria dos entrevistados da possibilidade de as escolas participarem do processo de seleção das obras do PNBE/2005. Sendo assim, recomenda a atuação do Estado na divulgação do programa.

Além das dissertações e teses, as duas pesquisas federais, *Avaliação do Programa Nacional Biblioteca da Escola – PNBE* (BRASIL, 2002) e *Programa Nacional Biblioteca da Escola (PNBE): leitura e bibliotecas nas escolas públicas brasileiras* (BRASIL, 2008a) denotam, igualmente, a

necessidade de se articular os acervos enviados pelo Programa às práticas desenvolvidas pelos professores. A primeira observou sessenta escolas e enviou questionários a oitocentas e setenta e nove escolas. A segunda fez uma avaliação diagnóstica do uso do PNBE com entrevistas em escolas de todo o Brasil.

Como se vê, esta pesquisa apresenta um panorama semelhante aos já verificados tanto por meio de pesquisas acadêmicas quanto governamentais no que se refere à carência da divulgação do PNBE, não sendo, portanto, um problema exclusivo do *lôcus* investigado, e, sim de caráter nacional.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Um dos objetivos deste trabalho foi o de verificar as práticas de leitura literária tanto na sala de aula quanto na biblioteca, além de investigar o conhecimento dos atores escolares acerca das políticas públicas de fomento à leitura. A principal consideração elaborada a partir do estudo do mencionado *corpus* é a de que a formação de leitores está associada a diversas questões, no entanto, está profundamente vinculada a falta de investimento na educação. Portanto, ser um mediador envolve reconhecer esse fato e buscar traçar metodologias independentes de todas as dificuldades impostas pelo sistema político. Assim, ser professor, gestor escolar ou bibliotecário constitui-se em buscar modificar as diferenças sociais.

Da análise, o que chama a atenção, também, são os conceitos de leitura e de leitura literária obtidos, que permitem associação a duas definições básicas. A primeira diz respeito ao uso social da leitura e que, aliás, dialoga de perto com a teoria apresentada neste estudo. A segunda é permeada pela “escolarização inadequada”, associando tanto a leitura como a literatura, ao uso escolar. O conceito “escolarização inadequada”, discutido no trabalho, é abordado por Soares (2006), que defende haver escolarização inadequada da leitura tanto na sala de aula quanto na biblioteca e constrói a ideia de que a leitura se encerra ao espaço escolar. Constata-se, na pesquisa, que os processos de escolarização inadequada pelos quais passaram mediadoras e alunos influenciam significativamente em suas respostas, visto que, como sujeitos formados historicamente, possuem incutida a profunda ligação da leitura/literatura com atividades destinadas somente ao uso escolar, daí a importância das intervenções das políticas públicas para a desconstrução dessa ideia.

Fernandes (2011, p. 330) corrobora para a discussão ao mencionar que:

[...] Não é o discurso sobre a importância da leitura e da literatura, mas as práticas leitoras realizadas pelo professor no contexto escolar que formam os leitores. A formação de um leitor exige uma riqueza de repertório por parte do mediador, implica familiaridade com diversos tipos de texto.

As reflexões de Fernandes (2011) encontram os resultados desta pesquisa, que descortina um cenário no qual mediadores nem sempre exercem práticas adequadas, nem demonstram repertório ou familiaridade com os textos literários, mas que sabem reproduzir discursos acerca da importância da leitura e da literatura. Em consonância, para os PCN's de Língua Portuguesa (BRASIL, 1997, p. 29), “as pessoas aprendem a gostar de ler quando, de alguma forma, a qualidade de suas vidas melhora com a leitura”. Encontrar mediadoras que não consigam entabular reflexões concretas acerca das contribuições do ato de ler, certamente, cerceia qualquer prática qualitativa. Se tais práticas são responsabilidade da escola, contudo, a sociedade e as políticas públicas precisam estar empenhadas no mesmo objetivo, proporcionando condições para que a escola cumpra com sua função.

Confirma-se, com este trabalho, a necessidade de questionar a eficácia de uma política pública que atua favorecendo apenas um dos lados do trinômio: distribuição, acompanhamento e formação profissional. É preciso investir e capacitar os mediadores para que haja transformações efetivas no que tange às práticas de leitura literária no contexto escolar. Defende-se, então, a já urgente reforma no modo de atuação das políticas públicas.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros curriculares nacionais: primeiro e segundo ciclos do ensino fundamental: língua portuguesa**. Brasília: MEC/SEF, 1997.

BRASIL. **Programa Nacional Biblioteca da Escola (PNBE): leitura e bibliotecas nas escolas públicas brasileiras**. Brasília: Ministério da Educação, 2008a.

BRASIL. Tribunal de Contas da União. **Avaliação do TCU sobre o Programa Nacional Biblioteca na Escola**. Brasília: TCU, Secretaria de Fiscalização e Avaliação de Programas de Governo, 2002. Disponível em: <<http://www.tcu.gov.br>>. Acesso em: 20 ago. 2010.

BRITTO, Luiz Percival Leme; ABREU, Márcia. Um tema, três momentos, a mesma história. In: ALMEIDA, Norma Sandra (Org.). **Leitura: um cons/certo**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2003. p. 115-125.

CAMPELLO, Bernadete. A biblioteca escolar como espaço de aprendizagem. In: PAIVA, Aparecida; MACIEL, Francisca; COSSON, Rildo (Orgs.). **Literatura: ensino fundamental**. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, 2010. p. 127-142.

CECCANTINI, José Luís C. T. Leitura para além da escola: representações da leitura na literatura juvenil contemporânea. In: SANTOS, Maria Aparecida Soares Paiva dos. [et al.] (org.). **Democratizando a leitura: pesquisas e práticas**. Belo Horizonte: Ceale; Autêntica, 2008. p. 81-96.

FERNANDES, Célia Regina Delácio. Letramento literário no contexto escolar. In: GOLÇALVES, Adair Vieira; PINHEIRO, Alexandra dos Santos. (Orgs.). **Nas trilhas do letramento: entre teoria, prática e formação docente**. Campinas: Mercado das Letras, 2011. p. 321-348.

FERNANDES, Célia Regina Delácio; CORDEIRO, Maisa Barbosa da Silva. **Os critérios de avaliação e seleção do PNBE: um estudo diacrônico**. In: Educação, v.35, n.3 p. 319-328 set-dez. Porto Alegre, 2012.

FILIPOUSKI, Ana Mariza Ribeiro; MARCHI, Diana Maria. **A formação do jovem leitor: temas e gêneros da literatura**. ERECHIM: Edelbra, 2009.

GAARDER, Jostein; HAGERUP, Klaus. **A biblioteca mágica de BibbiBokken**. Trad. SonaliBertuol. Belo Horizonte: Boa Viagem, 2010.

HANSEN, João Adolfo. Reorientações no campo da leitura literária. In: ABREU, Márcia; SCHAPOCHNIK (Orgs.). **Cultura letrada no Brasil: objetos e práticas**. Campinas: Mercado das Letras; Associação de leitura do Brasil; São Paulo: FAPESP, 2005. p. 13-44.

LAJOLO, Marisa. O texto não é pretexto. In: ZILBERMAN (Org.). **Leitura em crise na escola: as alternativas do professor**. 9. ed. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1988, p. 51-62.

LÜDKE, Menga; ANDRÉ, Marli. **Pesquisa em educação:** abordagens qualitativas. São Paulo: EPU, 1986.

MONTUANI, Daniela Freitas Brito. **O PNBE/2005 na Rede Municipal de Ensino de Belo Horizonte:** uma discussão sobre os possíveis impactos da política de distribuição de livros de literatura na formação de leitores. Belo Horizonte, 2009. Disponível em: <http://www.bibliotecadigital.ufmg.br/dspace/bitstream/1843/FAEC-83VSE4/1/disserta__o_daniela_montuani__vers_o_final_09.pdf>. Acesso em: 27 jun. 2012.

SOARES, Magda. A escolarização da literatura infantil e juvenil. In: EVANGELISTA, Aracy et al (Org.). **A escolarização da leitura literária:** o jogo do livro infantil e juvenil. 2 ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2006. p. 17-48.

*Recebido em outubro de 2015.
Aprovado em dezembro de 2015.*